

[122]

Uma conferência para o futuro da humanidade

31-12-01

[Mudança da relação Norte-Sul está em jogo na reunião que a ONU promove em Johannesburgo em agosto]

[Pode ser que o combate à pobreza passe a ter, enfim, prioridade na agenda]

É certa que o 2002 brasileiro será curtíssimo. Começará com as cinzas de meados de fevereiro e terminará com a nova chama acesa pelos resultados eleitorais de outubro. Pior, o intervalo de pouco mais de 8 meses será interrompido pela farrá futebolística da Copa do Mundo, seguida das férias escolares de julho. Restarão uns 7 meses úteis, e olhe lá. Tempo muito exíguo para que políticos, quadros governamentais, líderes empresariais e sindicais, comunicadores ou militantes, consigam acomodar seus planos. Nem devem estar querendo tomar conhecimento de outros eventos que reduzam ainda mais as escassas páginas brancas de suas agendas. Por isso, é bom que fiquem sabendo que pelo menos um já deve ser marcado em seus calendários. Entre 24 de agosto e 4 de setembro, instituições cruciais para o futuro da humanidade estarão sendo construídas ou reconstruídas na conferência das Nações Unidas equivocadamente apelidada de “Rio+10”. Muito mais do que a revisão das convenções assinadas em 1992, o que estará em jogo nessa conferência de Johannesburgo será a possibilidade de mudanças substanciais no relacionamento Norte-Sul, pois o decênio que culminou com a chamada “Guerra ao Terror” não permitirá que esse tema seja tão facilmente escamoteado quanto o foi na Conferência do Rio, para nem mencionar as anteriores.

As decisões da Rio-92 foram muito influenciadas pela visão reinante nos países mais desenvolvidos sobre a existência de uma espécie de colisão entre a moderna civilização industrial e a base ecológica do planeta. Deterioração de florestas úmidas, de fertilidade dos solos agricultáveis, da camada de ozônio, ou das tendências climáticas naturais, tudo era visto como um anúncio das bem piores catástrofes ecológicas que se avizinhavam. E a razão profunda dessa contradição estaria na perda de contato com a natureza provocada pelo artificialismo do estilo de vida moderno. Um falso mundo organizado com flores de plástico, ar condicionado, luz fluorescente, e música ambiental fabricaria mentes atrofiadas, incapazes de despertar sem caféina, álcool, drogas e ilusões. Além disso, para quase todos os movimentos ambientalistas do Primeiro Mundo, a luta para “salvar o meio ambiente” era vista como continuação natural das campanhas das gerações anteriores contra o socialismo soviético e o nazismo.

É duvidoso que esse tipo de postura já tenha sido substituído por uma atitude mais realista sobre as relações possíveis entre progresso material e conservação dos ecossistemas. Mas há sinais de que algo bem diferente esteja emergindo. O fato dos países desenvolvidos estarem ameaçados por fanáticos muçulmanos que não perderam o contato com a natureza, e que odeiam exatamente o tal “artificialismo do estilo de vida moderno” (que para eles é o artificialismo do Ocidente), certamente diminuirá a influência desse tipo de ideologia sobre os movimentos ambientalistas. E com muito mais razão sobre o tipo de pressão que esses movimentos exercem sobre os negociadores internacionais de seus respectivos países.

Pode ser que o combate à pobreza e à falta de saneamento e higiene nos países periféricos e semi-periféricos passe a ter mais prioridade nas agendas desses negociadores do que o aquecimento global, ou a perda de biodiversidade. Nada que exija recuos nessas duas convenções. Apenas uma propensão a dar mais ajuda aos países do Sul que disponham de bons programas de promoção sócio-ambiental, em detrimento de

gastos com a redução de emissões de carbono ou com expansão de áreas de proteção da biodiversidade.

Um dos mais dramáticos registros do dilema entre priorizar o combate à pobreza ou a conservação ambiental partiu do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em seu *Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997*. Apontou uma “falha tectônica” causada pela prática dos organismos internacionais responsáveis pela instituição da Agenda 21, aprovada na Rio-92. Enquanto a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável não dá a devida importância à relação pobreza-ambiente, a comissão encarregada de aplicar as resoluções da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social não encara a redução da pobreza no contexto de sua relação com o uso sustentável dos recursos naturais. E não há nada melhor para avaliar a largura dessa “falha tectônica” que a comparação entre dois livros muito significativos: *Earth in the Balance*, publicado em 1992 pelo ex-vice-presidente americano Al Gore, e *The Skeptical Environmentalist*, recentemente lançado pela Cambridge University Press. Este, uma verdadeira enciclopédia sobre a situação ambiental do planeta, foi escrito por um jovem professor dinamarquês de estatística da Universidade de Aarhus, chamado Bjorn Lomborg <www.lomborg.com>. Militou no Greenpeace até concluir que o problema global prioritário é a pobreza. E defende essa tese em 350 páginas de texto quase impecável, seguidas de outras 200 com 2.930 notas e vasta bibliografia. Ferramenta indispensável à preparação da “Johannesburgo-02”.

José Eli da Veiga é professor titular da FEA-USP e secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS).

www.fea.usp.br/professores/zeeli/